



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021 (Do Sr. ELIAS VAZ)

Requer Audiência Pública para tratar da ausência de medidas de fiscalização, por parte do Banco Central do Brasil e possível vazamento de informações do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com indícios de irregularidades nos empréstimos consignados.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e na forma do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para tratar da ausência de medidas de fiscalização, por parte do Banco Central do Brasil e possível vazamento de informações do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com indícios de irregularidades nos empréstimos consignados, com os seguintes convidados:

1. **Presidente do Banco Central do Brasil**, Roberto Campos Neto;
2. **Presidente do INSS** – Leonardo José Rolim Guimarães;
3. **Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor** - Pedro Aurélio de Queiroz Pereira da Silva;
4. **Presidente da Febraban** - Isaac Sidney Menezes Ferreira.

JUSTIFICAÇÃO

Milhares de aposentados e de pensionistas estão recebendo depósitos a título de empréstimo direto na conta bancária sem nunca terem pedido o dinheiro e estão sendo



* C D 2 1 9 5 3 1 5 0 0 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

descontados. Enquanto o dinheiro não volta para o banco, as parcelas são descontadas, todo mês, na aposentadoria, em um valor definido pelo banco.

Esse tipo de transação tem sido realizada em larga escala, sem a interferência efetiva do Banco Central. Como os bancos ganham um percentual sobre cada operação finalizada, justifica-se o fato dessas instituições deixarem o empréstimo na conta do aposentado sem autorização.

Temos como exemplo, o Banco Bradesco, que já foi condenado pelo TJDF a devolver em dobro o valor por empréstimo consignado não solicitado. A 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF decidiu por unanimidade manter a condenação.

Existem casos de recém-aposentados, que ainda nem sabiam que o processo de aposentadoria já estava concluído, e receberam consignados em suas contas, sendo inclusive informados da sua aposentadoria pelo banco. Esse tipo de informação, que deveria ser tratada como dados pessoais sigilosos, tem vazado para esses bancos, quando deviam estar protegidas no INSS, que não tem efetuado medidas eficazes para proteger o segurado.

Diante dessa situação e, considerando que usar dados de terceiro sem autorização é crime, torna-se de extrema urgência que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle possa debater essa situação, possibilitando atuação deste parlamento, no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em de maio de 2021.

ELIAS VAZ

Deputado Federal – PSB/GO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219531500500>



* C D 2 1 9 5 3 1 5 0 0 5 0 0 *